

TEORIA E MÉTODO EM MICHEL FOUCAULT (im)possibilidades¹

Alfredo Veiga-Neto

Resumo

O artigo trata da pertinência de aplicar os conceitos de método e teoria no âmbito do pensamento de Michel Foucault. A partir de um fragmento wittgensteiniano, é feita uma rápida discussão epistemológica e metodológica de caráter não-representacionista, não-essencialista e não-fundacionista sobre método e teoria. Identificam-se duas tendências maiores sobre tais conceitos: a primeira é mais estrita ou *hard*; a segunda é mais ampla ou *soft*. A pertinência e a impertinência em usar ambos os conceitos em Foucault dependerá sempre da aderência a uma dessas duas tendências. É feita uma breve distinção entre teoria e teorização, de modo a mostrar a conveniência em usar teorização quando se trata dos Estudos Foucaultianos.

Palavras-chave:

Estudos Foucaultianos, Wittgenstein, Teorização, Método, Teoria

THEORY AND METHOD IN MICHEL FOUCAULT (im)possibilities

Abstract

The paper is about the relevance of using the concepts of method and theory over Michel Foucault's thinking. A quick epistemological and methodological discussion is placed from a Wittgenstein piece and the character of this argument is to be non-representational, non-foundation and non-essentialist. Two major tendencies are identified over such concepts: the first one is stricter or harder; the second one is broader or softer. The relevance or irrelevance of using both concepts in Foucault will always depend on the devotion to one of those tendencies. There is also a brief distinction between theory and theorization aiming to show the convenience of using theorization when working with Foucault oriented studies.

Key-words: Foucault oriented studies, Wittgenstein, Theorization, Method, Theory.

¹ Este texto foi preparado por solicitação da Dr^a Madalena Klein e do Dr. Jarbas Vieira, da UFPel, em dezembro de 2009.

*Não basta aprender o que
tem de se dizer em todos os casos
sobre um objeto, mas também como
devemos falar dele. Temos sempre de
começar por aprender o método de o
abordar*

(Wittgenstein. *Anotações sobre as cores*)

Para muitos, parecerá estranho ler, como epígrafe a um texto no campo dos Estudos Foucaultianos, uma citação tomada de Ludwig Wittgenstein. Mas é isso mesmo: começemos com esta célebre passagem do filósofo austríaco, em sua *Anotações sobre as cores* (Wittgenstein, 1987): “não basta aprender o que tem de se dizer em todos os casos sobre um objeto, mas também como devemos falar dele. Temos sempre de começar por aprender o método de o abordar” (idem, III:431, p.61).

Além das implicações epistemológicas contidas nesse fragmento, há também razões metodológicas mais do que evidentes quando ele se refere ao “método de abordar” um objeto. Aí estão contidos dois entendimentos. De um lado, Wittgenstein assume que não existem objetos soltos no mundo, anteriores a qualquer abordagem que se faça deles, como se estivessem à espera de serem capturados por nós — pela nossa percepção e pelo nosso entendimento. Por outro lado, está também claro que não é de qualquer maneira ou por qualquer caminho que se chega aos objetos. Ou, se quisermos: que, sem um método, não se chega a ter uma percepção ou um entendimento sobre as coisas. Se sabemos ou não sabemos que existe sempre um método ou se sabemos ou não sabemos que método é esse, pouco importa. Se ele já foi pensado e construído por outros, ele estará ali para ser trilhado; caso contrário, teremos nós mesmos de inventá-lo, construí-lo. Aliás, um pouquinho de etimologia sempre ajuda: não esqueçamos que a palavra *método* deriva das palavras gregas *meta* —“para além de”— e *odos* —“caminho”, “percurso”; isso é, um método é o caminho que nos leva para um lugar. No nosso caso, para uma abordagem, para um entendimento.

Mesmo que não houvesse outras aproximações —e há muitas outras...²— entre os pensamentos de Ludwig Wittgenstein e de Michel

² Para uma discussão sobre isso, vide: Selman (1988), Marshall (2001), Veiga-Neto (1996) e Veiga-Neto & Lopes (2007).

Foucault, o que comentei acima já seria motivo suficiente para colocarmos o austríaco ao lado do francês, como filósofos não-representacionistas, não-essencialistas e não-fundacionalistas. Ainda que herdeiros de tradições filosóficas e acadêmicas bastante distintas e tendo vivido em cenários socio-culturais e acadêmicos muito diferentes, cada vez me parece mais interessante e produtivo tentarmos articular um com o outro e descobrir suas possíveis ressonâncias. Mas não é propriamente disso que tratarei aqui. Meu objetivo é outro: como o título deste texto anuncia, quero explorar um pouco a questão do possível ou impossível uso das expressões *método foucaultiano* e *teoria foucaultiana*.

Mas, mesmo com essa rápida explicação, permanece a pergunta: que tem a ver Wittgenstein com os (im)possíveis usos dessas duas expressões usuais no campo dos Estudos Foucaultianos? Ora, a resposta é fácil: justamente porque qualquer decisão sobre usar ou não usar tais expressões depende de onde partimos para falar delas. E, aqui, chego a uma formulação mais explícita dos meus objetivos neste texto: tentarei explorar um pouco a adequabilidade das expressões *método(s) foucaultiano(s)* e *teoria(s) foucaultiana(s)*, a partir de posições epistemológicas mais estritas —ou, se quisermos, “hard”— ou mais amplas —ou, se quisermos, “soft”.

Método, teoria, teorização

Neste movimento de afinar o foco deste texto, retomo a sua epígrafe para lembrar que ela funcionou até mesmo para descrever os processos iniciais da escrita deste texto. Para dizer de outra maneira: se comecei com uma referência sobre a importância de sabermos ou aprendermos sobre como abordar um objeto, sobre como começar a falar dele ou sobre ele, é porque, antes de começar a escrever, eu mesmo já antevia uma maneira de “começar esse começo”. Afinal, mesmo que ao começar este texto eu ainda não tivesse traçado o seu esquema completo —ou seja, o mapa daquilo que viria a ser o texto—, era preciso ter uma ideia clara sobre aquilo que eu queria falar e sobre como eu deveria começar a fazer isso. Dado que o meu interesse central era discutir algumas questões relativas àquilo que se costuma chamar de *métodos foucaultianos* e *teorias foucaultianas*, logo me ocorreu a anotação III:431 de Wittgenstein, que usei como epígrafe.

E por que ela me ocorreu? Ora, simplesmente porque, dependendo do que se entenda por *método* e por *teoria*, haverá ou não haverá sentido nas expressões *métodos foucaultianos* e *teorias*

foucaultianas. Em outras palavras, dependendo de onde se começa a falar sobre essas coisas, variará o conteúdo de verdade —e, reciprocamente, o conteúdo de falsidade— daquilo que dizemos sobre tais coisas. Ou ainda: tanto poderemos estar certos quanto poderemos estar errados ao usarmos essas duas expressões. Isso não quer dizer que ambas são igualmente certas e erradas *ao mesmo tempo*, pois isso seria paradoxal. Quer dizer, apenas, que elas podem ser tanto certas, quanto erradas, dependendo sempre do que se entende por *método* e por *teoria*, isto é, dependendo sempre de onde se começa e como se começa a falar.

Arrisco-me a dizer que boa parte das tradicionais discussões em torno de *método* e *teoria* saíram da moda. Esforços para delimitar e fixar o que é um método e qual é o melhor método, bem como o que é uma teoria e quais são os seus limites, mostraram-se tão mais infrutíferos quanto mais genéricas e universais eram pensadas as abrangências desses conceitos. Mas abandonar um tratamento generalista e universalista de tais questões não implicou negar a importância de pensá-las em âmbitos regionais e até em âmbitos bem específicos. Lembremos o quanto foram importantes, para a desuniversalização do método e da teoria, a noção bachelardiana de “regionalidade da epistemologia” e o princípio kuhniano da “inseparabilidade entre método e teoria”, na medida em que, respectivamente, método e teoria são sempre referentes a um campo de saberes ou estão sempre circunscritos a algum paradigma. E não seria demais acrescentar, às contribuições de Bachelard e de Kuhn, o anarquismo epistemológico de Paul Feyerabend.

Mas, na medida em que as discussões sobre *método* e *teoria* deslocaram-se *do* geral e universal *para o* específico e regional, deslocou-se também boa parte do que estava em jogo em tais discussões. Foi parecendo cada vez menos importante e interessante buscar as supostas verdades sobre *método* e *teoria*, e cada vez mais importante e interessante examinar como funciona, aqui e ali, um determinado método ou uma dada teoria, bem como eles se articulam entre si. Além do mais, tal deslocamento possibilitou também separar o conceito de *teoria* — como, digamos, “um construto composto por um conjunto de leis e princípios racionais, hierárquica e solidamente sistematizados, de caráter conclusivo, aplicado a uma determinada área”— do conceito de *teorização* —como, digamos, “uma ação de reflexão sistemática, sempre aberta/inconclusa e contingente, sobre determinadas práticas, experiências, acontecimentos ou sobre aquilo que se considera ser a ‘realidade do mundo’”.

No contexto desses deslocamentos, cabe fazer mais um comentário sobre os atuais estatutos comumente conferidos ao *método* e à *teoria*. Mesmo que, para algumas perspectivas epistemológicas, *método* e *teoria* ainda pareçam assumir um caráter um tanto rígido, prescritivo e formal, não há dúvida de que para muitas outras perspectivas, ocorreu uma flexibilização e uma abertura em ambos. É ao lado dessas outras perspectivas que este texto se alinha. Mas é preciso não confundir abertura e flexibilização com “vale tudo”, com a negação a quaisquer formalismos ou com a ausência de rigor. Várias vezes, tenho insistido em que se pode ser rigoroso sem ser rígido e que, em qualquer atividade, sempre é preciso seguir alguns preceitos, normas ou regras previamente estabelecidas por uma cultura que nos precedeu e na qual estamos mergulhados. Sem isso, não há como nos comunicarmos e nem mesmo como pensarmos. Afinal, por mais óbvio que pareça, não devemos esquecer a lição arendtiana: não foi cada um de nós que inventou o mundo; quando aqui chegamos, o mundo já estava aí... E estava aí com seus códigos, suas gramáticas, suas regras, seus símbolos etc.

Aqui, dois lembretes: em primeiro lugar, seguir preceitos ou regras não implica adesão ao *formalismo*, aqui entendido tanto como “obediência rígida a preceitos, normas ou regras” quanto como “celebração da forma em detrimento do conteúdo”; em segundo lugar, estou usando *cultura* no seu sentido mais amplo possível, o que inclui a cultura acadêmica, a científica, a escolar, a artística, a da vida cotidiana etc.

No caso de Foucault, tudo isso é assaz interessante. Ao longo de sua imensa e variada produção, observam-se claramente deslocamentos nos conceitos que ele usa e até mesmo nos que ele cria em suas descrições, análises e problematizações. Às vezes, há apenas refinamentos conceituais; mas outras vezes os conceitos parecem até mesmo mudar bastante. Sendo assim, se usarmos as palavras *método* e *teoria* num sentido estrito/*hard*, chegaremos à conclusão —correta...— de que não há nem métodos nem teorias foucaultianas. Mas, se usarmos *método* e *teoria* num sentido amplo/*soft*, chegaremos à conclusão — também correta...— de que há métodos e teorias foucaultianas.

Para examinar tudo isso mais de perto, vou-me valer dos argumentos e de passagens de outros textos que escrevi nos últimos anos —em especial, o que está em minha tese de doutorado *A ordem das disciplinas* (Veiga-Neto, 1996) e no livro *Foucault & a Educação* (Veiga-Neto, 2003). Assim, boa parte do que segue contém ideias já apresentadas e discutidas por mim mesmo; mas, seja porque se trata de

material próprio, seja porque quero facilitar a sua leitura, não diferenciarei o que é novo daquilo que é tão somente uma retomada do já dito. Seja como for, retornar a elas, mas agora de modos diferentes, acabou funcionando para mim como uma *reativação de* — e não propriamente como uma *solução para*— problemas que frequentemente se colocam no campo dos Estudos Foucaultianos.

Método(s) foucaultiano(s)? Teoria(s) foucaultiana(s)?

Podemos começar esta última secção com o reconhecimento de que é próprio da modernidade e principalmente do Iluminismo o entendimento de que existe uma perspectiva privilegiada, áurea, perspectiva das perspectivas, a partir da qual se compreenda o que é *mesmo* o mundo e se explique como ele funciona; em outras palavras, uma posição a partir da qual se chegue às “últimas verdades” ou — numa versão probabilística — se chegue cada vez mais perto das “verdades verdadeiramente verdadeiras”. Decorre desse unitarismo epistemológico —um dos pilares das Ciências modernas— a defesa que cada um faz de sua própria perspectiva como *a* perspectiva, na medida em que acredita na possibilidade de uma “perspectiva de todas as perspectivas”; decorre, também, o unitarismo metodológico, de modo que cada um que acredite na existência de um “método de todos os métodos”; e o unitarismo teórico, que pode se manifestar tanto como a busca de teorias que se apliquem a todos e quaisquer fenômenos quanto como a busca de uma teoria que unifique todas as outras que lhe seriam subordinadas.

É dessa tradição que Foucault se afasta. Junto com outros que o precederam —como, principalmente, Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger—, o que o filósofo coloca como problemática, com relação ao sentido cientificista moderno de método, é “a ideia de um método imutável, sistemático e universalmente aplicável” (Machado, 1990, p.28). É por isso que, criticando a tentativa que faz Hacking (1992) de encontrar uma epistemologia que sustente uma metodologia foucaultiana, Rorty (1992) diz que “tudo o que ele [Foucault] tem a oferecer são redescobertas brilhantes do passado, complementadas por sugestões que auxiliam sobre como evitar cair nas armadilhas das antigas suposições historiográficas”(ib., p.47). Essas sugestões, continua Rorty, são uma série de “máximas negativas que nem se originam de uma teoria nem se constituem num método” (ib.).

Para Foucault, o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os

pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada. E mais: não há um solo-base externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho é que é construído durante o ato de caminhar.

É porque se descartou da noção de sujeito fundante, núcleo e origem do *cogito*, que Foucault teve necessariamente de se descartar do conceito cartesiano de método. Então, já de início, o filósofo rompe com o sentido canônico moderno de método —esse sentido que, mais acima, chamei de *hard*... Mas, do ponto de vista mais formal, considero que o afastamento de Foucault em relação aos aspectos mais operacionais do método é progressivo, ao longo de sua obra. Como “cada livro seu nos chega como um estimulante começo em um novo mundo, a metodologia tem de ser adaptada, novos conceitos criados” (Sheridan, 1981, p.205). No transcorrer de suas investigações históricas absolutamente concretas —seja buscando em fontes documentais até então desconhecidas ou desprezadas porque tidas como insignificantes ou infames, ou seja colocando um olhar diferente sobre o que todos já pensavam conhecer—, parece-me haver como que um gradiente, ainda que descontínuo, que vai da arqueologia à ética, passando pela genealogia. Ao longo desse gradiente, o que já não era grande, ou talvez até vestigial —a saber, o compromisso com o formalismo da técnica, da definição, do procedimento—, se reduz e quase desaparece. Simetricamente, acentua-se a leveza de um estilo de investigação que, mesmo rigorosa, se abre para suas próprias fronteiras na esperança de ultrapassar a si mesma e de conseguir ver nas regiões de indecidibilidade que até então estavam na penumbra.

Se tomarmos, então, método e teoria em seus sentidos mais amplos/*soft*, estaremos corretos ao dizermos que a arqueologia e a genealogia são *métodos foucaultianos*. Mas, em parte para evitar as exigências impostas pelos rigores conceituais da tradição moderna, Foucault geralmente evita falar em método. Assim, por exemplo, ao se referir à genealogia, ele fala em “uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas”, (Foucault, sd). Várias vezes, por exemplo, ele insistiu em que *A arqueologia do saber* não é um livro metodológico. Não é por outro motivo que também Abraham (sd) diz que a genealogia é uma “perspectiva de trabalho”. Com isso, evita-se levar longe demais os muitos significados de método, alargando demais uma polissemia que, muitas vezes, traz mais problemas do que soluções.

Falar em “uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas” remete à noção de *techné*. Assim, a genealogia

pode ser entendida não como um conjunto de procedimentos técnicos para executar descrições, análises e problematizações, mas como uma *techné* de fundo, uma *techné* que informa — para usar a expressão do filósofo — um “modo de ver as coisas” que estão em determinadas práticas e suas relações com outras práticas — sejam elas discursivas ou não-discursivas. Trata-se, isso sim, de uma *techné* que consiste numa forma muito singular de escutar a história.

Se a alguns parece um tanto problemático dizer que a arqueologia e a genealogia são métodos, essa questão se agudiza no domínio da ética. É aí que se torna máximo o afastamento do filósofo em relação a qualquer formalismo, a qualquer prescrição metodológica. O que Foucault faz é “uma análise das técnicas de subjetivação” (Morey, 1991, p.16), tornando-se máxima a sua aproximação à noção de método enquanto “perspectiva de trabalho”.

Já no início do segundo volume da *História da sexualidade*, Foucault (1994) nos fala daquilo que procura fazer nesse terceiro domínio:

Dá a opção de método que fiz ao longo desse estudo sobre as morais sexuais da Antiguidade pagã e cristã: manter em mente a distinção entre os elementos de código de uma moral e os elementos de ascese; não esquecer sua coexistência, suas relações, sua relativa autonomia; nem suas diferenças possíveis de ênfase; levar em conta tudo o que parece indicar, nessas morais, o privilégio das práticas de si, o interesse que elas podiam ter, o esforço que era feito para desenvolvê-las, aperfeiçoá-las e ensiná-las, o debate que tinha lugar a seu respeito. [...] em vez de perguntar quais são os elementos de código que o cristianismo pôde tomar emprestado ao pensamento antigo, e quais são os que acrescentou por sua própria conta, [...] conviria perguntar de que maneira, na continuidade, transferência ou modificação dos códigos, as formas da relação para consigo (e as práticas de si que lhe são associadas) foram definidas, modificadas, reelaboradas e diversificadas. (p.30-31).

Nessa citação, está clara a noção de método enquanto pouco mais do que uma “vigilância epistemológica” (Santos, 1991) que permanece como um *substratum mentis*, que é a própria “teoria em ato” (ib.).

Retomemos os dois primeiros domínios foucaultianos, os terrenos próprios da arqueologia e da genealogia.

O progressivo abrandamento do sentido que tradicionalmente se dá ao método, feito por Foucault no domínio da ética, não descarta os seus métodos do primeiro e segundo domínios. Ao contrário —como havia demonstrado Morey (1991)—, Davidson (1992) nos diz que a “ética nem desloca a genealogia e a arqueologia, nem as torna irrelevantes, porém altera as implicações metodológicas finais de ambas” (ib., p.230). Liga-se a elas e com elas se articula num “todo metodológico” qual — é importante mais uma vez referir — uma *techné* de investigação. Essa me parece ser mais uma indicação de que, se Foucault silencia sobre a arqueologia já no segundo domínio, isto é, se parece haver uma substituição dessa pela genealogia, a rigor não ocorreu um abandono do método arqueológico. O que se passa é algo semelhante a uma “incorporação” metodológica sucessiva — e não, certamente, uma substituição; e também não progressiva... — que vai do primeiro ao terceiro domínio. Esses procedimentos metodológicos “englobam-se em círculos cada vez mais amplos, mas não se substituem, absolutamente” (Morey, 1991, p.16). Isso não significa que aquela que engloba (a genealogia) seja mais ampla, mais abrangente do que a englobada (arqueologia), pois nesse caso seria supor uma territorialidade metodológica que não existe em Foucault. O que há, no máximo, é um “englobamento” temporal e até mesmo uma articulação entre ambas. Por isso, Cascais (1993) denomina *arqueogenealogia* o método que Foucault usa “para analisar o que se designa como ‘o sujeito’, indaga as formas e as modalidades da relação a si pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito, nos dois últimos volumes da *História da sexualidade*” (p.78). De certa maneira, talvez seja melhor essa solução do que a assumida por Davidson (1992) e outros que insistem em chamar *ética* tanto ao campo quanto ao método do terceiro domínio de Foucault. Penso que o uso dessa mesma palavra (*ética*) em planos tão distintos — ainda que dentro de um mesmo domínio— pode levar a uma certa dificuldade ou confusão conceitual.

Isso tudo aponta no sentido de que a assim chamada teoria foucaultiana do sujeito e suas correlatas metodologias são mais ferramentas do que máquinas acabadas. Aqui cabe trazer o conceito de *teorização*, talvez mais apropriado do que simplesmente *teoria*. Parece que estamos diante de uma teoria que só *a posteriori* se revela como tal, ou seja, uma teoria que não estava antes lá para guiar a investigação. E estamos diante, também, de uma metodologia cuja invariante, ao longo de toda a obra, pode ser sintetizada no permanente envolvimento com a

noção de problema: tanto problematizando —enquanto atitude radicalmente crítica— quanto perguntando por que algo se torna ou é declarado problemático para nós. Nesse sentido, mudando a maneira de problematizar e mudando os próprios problemas, pode-se dizer que a invariante metodológica e temática em Foucault é a própria variação...

Por tudo isso, concordo com as críticas de Rorty a Hacking: não há uma epistemologia foucaultiana a sustentar a sua metodologia. Mas não concordo com ele quando diz que as máximas de Foucault não se constituem num método (Rorty, 1992). Tomando *constituir* no sentido de formar, organizar, estabelecer, penso que as máximas foucaultianas *constituem uma teoria* e apontam um método ou, talvez melhor dizendo, *constituem uma teorização* —como um conjunto aberto/inacabado de práticas que se valem de diferentes métodos. Mas lembro mais uma vez: *teoria* e *método* têm de ser entendidos, aqui, numa perspectiva não-iluminista. E têm de ser entendidos como ponto de chegada de cada caso. O ponto de partida de Foucault jamais foi uma teoria que lhe dissesse o que é ou como deve ser o sujeito, como deve ser uma instituição, como deve ser uma moral e assim por diante. Jamais foi uma teoria-figurino que ele depois viesse a usar como medida-padrão-modelo-gabarito, na montagem de um método, para identificar o *quanto*, o *porquê*, o *como*, o *em que* cada um se afastou daquilo que deveria ser como sujeito; ou cada instituição, ou cada configuração social e política, ou cada código moral etc. se afastou de um suposto modelo.

No fim das contas, parece também estar sempre presente nessas questões uma certa indomabilidade que é tão frequente no pensamento foucaultiano. E, na busca de uma citação que possa resumir tal indomabilidade metodológica e teórica, lembro como Pierre Bourdieu conclui o necrológio elogioso que dedicou a Foucault: “Nada é mais perigoso que reduzir uma filosofia, principalmente tão sutil, complexa, perversa, a uma fórmula de manual” (Bourdieu, *apud* Eribon, 1990, p.307). E, na busca de uma metáfora, recordo o poeta para dizer que aquilo que a teoria foucaultiana do sujeito e suas metodologias conseguem fazer, enfim, é uma “roupa melhor, que ficará bem cingida: como roupa feita à medida” (Melo Neto, 1995b, p.185).

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Thomas. Prólogo. In: FOUCAULT, Michel. *Genealogía del racismo*. Buenos Aires: Altamira; Montevideo: Nordan-Comunidad, sd. p.7-10.
- CASCAIS, Antonio Fernando. Paixão, morte e ressurreição do sujeito em Foucault. *Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Cosmos, n.19, 1993. p.77-117.
- DAVIDSON, Arnold I. Archaeology, Genealogy, Ethics. In: HOY, David C. (ed.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. p.221-233.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Genealogía I: erudición y saberes sujetos. In: _____. *Genealogía del racismo*. Buenos Aires: Altamira; Montevideo: Nordan-Comunidad, sd. p.11-22.
- HACKING, Ian. The archaeology of Foucault. In: HOY, David C. (org.) *Foucault: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. p.27-40.
- MACHADO, Roberto. Arqueología y epistemología. In: BALBIER, E et alii (ed.). *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990. p.15-30.
- MARSHALL, James. A Critical Theory of the Self: Wittgenstein, Nietzsche, Foucault. Springer Netherlands: *Studies in Philosophy and Education*, v.20, n.1, jan., 2001.
- MELO NETO, João Cabral. Morte e vida severina: auto de Natal pernambucano. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995b. p.169-202.
- MOREY, Miguel. La cuestión del método. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1991. p.9-44.
- RORTY, Richard. Foucault and Epistemology. In: HOY, D. C. (org.). *Foucault: a critical reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1992. p.41-49.
- SANTOS, José Vicente T. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação nas Ciências Sociais. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v.3, n.3, jan-jul, 1991. p.55-88.
- SELMAN, Mark. Dangerous ideas in Foucault and Wittgenstein. In: *Fifth Concurrent Session in Philosophy of Education*, 1988. p.316-325.
- SHERIDAN, Alan. *Michel Foucault: The will to truth*. London: Tavistock, 1981.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *A ordem das disciplinas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese de Doutorado.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Identidade, cultura e semelhanças de família: as contribuições da virada lingüística. In: BIZARRO, Rosa (org.). *Eu e o outro: Estudos Multidisciplinares sobre Identidade(s), Diversidade(s) e Práticas Interculturais*. Porto: Areal, 2007. p.19-35.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações sobre as cores*. Lisboa: Edições Setenta, 1987.

Alfredo Veiga-Neto - Mestre em Genética, Doutor em Educação e Professor Convidado do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: alfredoveiganeto@uol.com.br

Submetido em: outubro de 2009 | Aceito em: dezembro de 2009